

GOVERNO SUSPENDE REUNIÃO COM COMISSÃO

O Governo do Estado cancelou as reuniões da Comissão Paritária e de Comissão Específica das Universidades que se realizariam nos dias 1 e 2 respectivamente.

Motivo: a falta de definição com relação a rolagem da dívida do Estado, em discussão no Congresso Nacional.

Esse fato demonstra, com clareza, a intenção do Governo do Estado de vincular nosso reajuste de Jan/89 e a política salarial ao pagamento da dívida do Estado. Em outras palavras: se o Estado tiver que dispor de parte do seu orçamento para pagamento da dívida com o Governo Federal, do ponto de vista do governo, o ônus deverá recair (mais uma vez) sobre os salários do funcionalismo.

Estamos, portanto, na dependência dos encaminhamentos a nível federal aguardando nova reunião.

E, do nosso ponto de vista, o que temos pela frente?

Em primeiro lugar, vale a pena reafirmar nossas reivindicações:

1. **Reajuste em jan/89 = jan/87.** É importante frisar que janeiro é nossa data base, quando deveremos garantir a **reposição total de nossas perdas** desde o início do Governo Quéricia. A conquista de um reajuste que recomponha os salários aos níveis de jan/87 é a garantia de manutenção do poder aquisitivo na perspectiva de uma política de reajuste salarial mensal.
2. Política de reajuste mensal que recomponha nossos salários no atual quadro inflacionário. O Governo tem várias alternativas em estudo na Comissão Paritária. Na reunião de 27.11 da Comissão Específica das Universidades ficou claro que a intenção do Governo é ter uma só política salarial para todo o funcionalismo em 89.

PROPOSTA INDICATIVA DAS 3 AD's

Que caminhos temos para garantir, em nossa data base, a reposição total das perdas, ou seja Jan/89 = Jan/87.

Neste momento, a pressão sobre o Governo do Estado é fundamental. Para garantir essa pressão, as 3 AD's reunidas ontem - 5/12 - aprovaram o seguinte calendário:

Dia 8/12 - DIA DE LUTA EM DEFESA DE NOSSOS SALÁRIOS E DA UNIVERSIDADE PÚBLICA. Debates sobre salários, Autonomia, Sindicalização, SOS.

Dia 9/12 - Reunião das 3 AD's
Pauta: Proposta comum para Autonomia Universitária.

Dia 13/12- Dia Estadual de Paralisação
Pauta das A.G Indicativo de Greve

Dia 14/12- Reunião dos 3 CRs - ADUNICAMP, ADUSP e ADUNESP
Pauta: Avaliação do Movimento Indicativo de greve

A Diretoria da ADUNICAMP está propondo o seguinte encaminhamento, a ser debatido nas Unidades:

Dia 08/12

10 hs - Debate: Salários, ICM, Rolagem da Dívida

13 hs - ASSEMBLÉIA GERAL

Pauta: - Avaliação do Movimento
- Dia 13 - Dia Nacional de Paralisação das Universidades Paulistas

Dias 9 e 12- Reuniões nas Unidades para avaliação do movimento e proposta indicativa de greve.

Dia 13 - DIA ESTADUAL DE PARALISAÇÃO

ICM, SALÁRIO E INFLAÇÃO

Vamos, no que segue, descrever o conteúdo das idéias em curso na Comissão Paritária de política salarial, trazendo aos docentes dados que instruem a discussão das alternativas que possam surgir do governo.

As nossas reivindicações estratégicas em relação a salários são: 1. Uma política salarial que preserve o poder aquisitivo no decorrer do tempo. Uma medida da eficiência de um dado mecanismo de reajuste é o salário real médio em trechos não superiores a 12 meses. 2. Reajustes na data base que, no mínimo, garantam a recomposição de patamares salariais que consideramos adequados. Queremos evitar que ganhos, em geral obtidos após árdua luta, desapareçam fruto do arrocho a que estamos submetidos. É claro que estas duas componentes de reivindicação estão articuladas. Com isto em mente, devemos também analisar as possibilidades de reajuste mensal que estão agora sendo apontadas pelo governo. Evidentemente vai permanecer a necessidade de mobilização e luta.

INFLAÇÃO: COMO FUNCIONA?

A medida em que preços aumentam, e salários, na melhor das hipóteses, correm atrás, o valor corrente do trabalho de cada um é depreciado.

Vamos relembrar o mecanismo prático da inflação. A tabela 1, feita apenas como recurso para ilustrar conceitos, indica inflação nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de algum ano, correspondentes a 18%, 17% e 21%, respectivamente. A segunda coluna explicita o preço no início de cada mês de uma mercadoria com custo igual a 100 no início de Janeiro. Como a inflação de Janeiro foi de 18%, o preço da mesma mercadoria no início de Fevereiro é 18% maior que 100, ou seja, é $100 \times 1,18 = 118$. Do mesmo modo, sendo a inflação de Fevereiro 17%, o preço daquele bem, no início de Março, deve ser 17% maior que 118, ou seja, $118 \times 1,17 = 138,06$. Observe que a inflação de mês a mês teve um efeito **MULTIPLICATIVO**, não aditivo. Assim, o preço da mercadoria no início de Março é $100 \times 1,18 \times 1,17$. A esta altura já sabemos calcular o preço no início de Abril olhando apenas a coluna de inflação e lembrando que o efeito é multiplicativo: $100 \times 1,18 \times 1,17 \times 1,21 = 167,05$! Além disso a inflação acumulada do início de Janeiro ao final de Março é de 67,05% (o preço passou de 100 a 167,05) e não $18+17+21=56\%$!

TABELA 1

MÊS	INFLAÇÃO MENSAL	PREÇO NO INÍCIO DO MÊS	INFLAÇÃO MÉDIA ATÉ O FINAL DO MÊS
JAN	18%	100	18.0%
FEV	17%	118	17.5%
MAR	21%	138.06	18.65%
ABR	-	167.05	-

O QUE É INFLAÇÃO MÉDIA?

Uma vez que este mecanismo básico esteja claro é possível perguntar qual seria a **INFLAÇÃO MÉDIA** num certo período. Em um mês é fácil: a inflação média em Janeiro é 18%. Mas e a inflação média de 1/Jan. até 28/Fev.? Estamos procurando um número que, se fosse a inflação de Janeiro e Fevereiro nos daria o mesmo aumento de preços no período. Ou seja, como o efeito inflacionário é multiplicativo, este número elevado ao quadrado deveria ser igual a $1,17 \times 1,18 = 1,3806$. Desejamos portanto **RAIZ QUADRADA** de 1,3806 que é 1,175. Assim a inflação média dos meses Janeiro e Fevereiro é 17,5%.

Qual seria a inflação média dos meses de Jan. Fev. e Mar.? Como antes, estamos procurando um número que tomado como a inflação desses três meses forneceria o mesmo reajuste de preços do começo ao final do período em questão: 1,6705 ($= 1,18 \times 1,17 \times 1,21$). A inflação média é portanto um número que elevado ao **CUBO** (correspondente a 3 meses), nos forneceria 1,6705. Este número é então a **RAIZ CÚBICA** de 1,6705, igual a 1,1865.

E A URP?

É possível agora definir com precisão o cálculo da URP: é a inflação média de três meses projetada como reajuste salarial nos três meses seguintes. A base de cálculo é o mês de Julho/87. A tabela 2 reproduz os índices de IPC que dão origem a URP. Observe que as URP's de Setembro, Outubro e Novembro de 87 são na realidade a inflação média de Agosto e Julho. O plano Bresser roubou os 26,06% de Junho/87. A partir daí a URP é calculada sempre como inflação média de três meses. Por exemplo, a URP de Nov./87 a Jan/88 é a raiz cúbica de $1,0568 \times 1,0918 \times 1,1284$, isto é 1,0919 (ou 9,19% como na tabela 2).

TABELA 2

MES/ANO	URP	IPC
JUN/87	.	26.6
JUL	.	3.05
AGO	.	6.36
SET	4.69	5.68
OUT	4.69	9.18
NOV	4.69	12.84
DEZ	9.19	14.14
JAN/88	9.19	16.51
FEV	9.19	17.96
MAR	16.19	16.01
ABR	16.19	19.28
MAI	16.19	17.78
JUN	17.68	19.53
JUL	17.68	24.04
AGO	17.68	20.66
SET	21.39	24.01
OUT	21.39	27.25
NOV	21.39	26.92
DEZ/88	26.05	.

AS IDÉIAS EM DISCUSSÃO

COM O GOVERNO

Nas reuniões que tivemos até agora da Comissão Paritária, o governo tem insistido em associar o reajuste dos servidores à evolução do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias). Surgiram três hipóteses, todas de reajuste mensal, com índices construídos a partir do ICM. Vamos descrevê-las sucintamente abaixo e explicitar estudos comparativos que fizemos entre as diversas políticas em discussão, inclusive a URP que é a nossa reivindicação de reajuste mensal.

Antes disto é importante observar que o crescimento nominal do ICM mês a mês é, como a inflação, multiplicativo e não aditivo. Assim as médias de crescimento são sempre geométricas (raiz quadrada, cúbica, etc.) como no caso de preços ou a URP.

As mecânicas de reajuste em discussão, todas com data base em Janeiro do ano, são as seguintes:

1. **ICM:** Reajuste mensal pelo crescimento nominal do ICM mês a mês. Em meses onde houver decréscimo no ICM arrecadado os salários permanecerão constantes, até que haja crescimento nominal. No mês seguinte a do crescimento que compense a perda de arrecadação, o reajuste será a média do crescimento no período correspondente.

2. **URP/ICM:** Reajuste mensal por um índice que é a média do crescimento nominal do ICM em três meses, índice este que permanece constante por três meses. A idéia neste caso é exatamente a da URP com o crescimento nominal do ICM no lugar do IPC.

3. **URP MÓVEL/ICM:** Reajuste mensal com um índice, num dado mês, igual a média do crescimento nominal do ICM nos três meses anteriores. A idéia neste caso é parecida com a URP, mas os meses que são levados em conta são móveis ao invés de fixos como na hipótese 2.

TABELA 3

Mês	CRESCIMENTO NOMINAL DO ICM	ICM (%)	URP/ICM (%)	URP Móvel/ICM (%)	ICV/DIEESE (%)	HRP
SET/87	16.87	-	-	-	-	-
OUT/87	10.13	-	-	-	-	-
NOV/87	8.73	-	-	-	-	-
DEZ/87	14.78	-	-	-	-	-
JAN/88	17.14	D/BASE	D/BASE	DATA/BASE	-	D/BASE
FEV/88	0.05	17.14	11.18	13.49	16.89	9.19
MAR/88	20.01	0.05	11.18	10.39	21.91	16.19
ABR/88	22.31	20.01	12.04	12.04	19.88	16.19
MAI/88	21.03	22.31	12.04	13.66	17.14	16.19
JUN/88	17.26	21.03	12.04	21.11	21.09	17.68
JUL/88	11.99	17.26	20.18	20.18	21.17	17.68
AGO/88	34.03	11.99	20.18	16.7	21.67	17.68
SET/88	24.31	34.03	20.18	20.74	22.99	21.39

COMO FAZER AS CONTAS

A tabela 3 dá uma idéia mais concreta do funcionamento das três hipóteses, a partir de Jan./88. Na segunda coluna aparece o crescimento nominal do ICM, mês a mês. Por exemplo, o valor nominal do ICM arrecadado em Jan/88 foi 17,14% maior que durante Dez/87. As colunas 3,4 e 5 nos fornecem os valores dos reajustes mensais correspondentes as hipóteses em estudo. a coluna 6 lista o ICV/DIEESE e a coluna 7 apresenta a URP oficial. Vamos ver como calcular o reajuste de Fev./88. Janeiro é data base e portanto hora de negociar com o governo!

1. ICM Neste caso é simples: o reajuste é de 17,14% pois este foi o crescimento do ICM arrecadado em Jan/88 em relação a Dez/87.

2. URP/ICM O reajuste é igual a média do crescimento nominal do ICM nos meses de Out., Nov. e Dez/87, ou seja a raiz cúbica de $1,1478 \times 1,0873 \times 1,1013$ que é 1,1118, isto é 11,18%. Este será também o índice de reajuste em Mar./88.

3. URP MÓVEL/ICM O reajuste será igual a média do crescimento nominal do ICM dos meses de Nov. Dez/87 e Jan/89, isto é, a raiz cúbica de $1,1714 \times 1,1478 \times 1,0873$ que é 1,1349, ou seja 13,49%. No mês de Mar/88 este índice irá mudar, deixando-se de considerar os 8,73% de Out/87 substituído pelos 0,05% de Fev/88.

UM ESTUDO COMPARATIVO

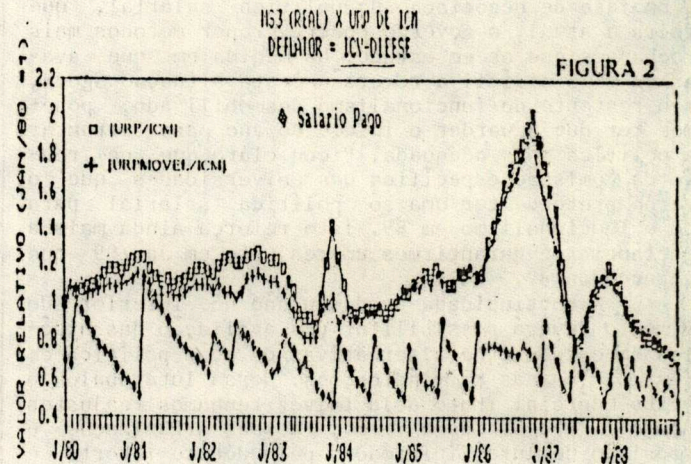
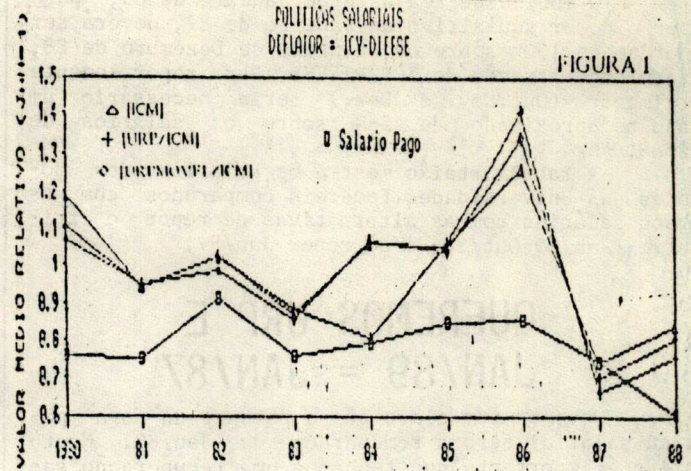
Para avançar na compreensão do significado das hipóteses em relação às nossas reivindicações atuais, fizemos um estudo regressivo da evolução do nosso salário a partir de 1980 até agora utilizando cada uma das mecânicas descritas. A partir do banco de dados montado pela ADUSP, que contém os valores mensais da arrecadação do ICM, de índices econômicos e dos nossos salários desde 1971, foi possível obter indicadores (como salário real médio para cada hipótese em cada ano), gráficos e tabelas que permitam uma avaliação das políticas em debate.

A figura 1 (Políticas Salariais) nos fornece um gráfico com os salários reais médios relativos com base em Janeiro do ano, entre os anos de 80 a 88. Por exemplo, o salário real médio de 84 nas diferentes alternativas é:

1. Efetivamente pago: 80% de Jan./84. **2. URP/ICM:** 80% de Jan/84 (= ao que foi pago). **3.** As outras hipóteses fornecem salários reais médios da ordem de 105% daquele de Jan/84.

Observe que exceto em 87, quando a mecânica ICM empata com o salário pago (as outras estando abaixo), as diferentes hipóteses indicam salários reais médios melhores, dentro de cada ano. Note também que todos os valores são deflacionados.

A figura 2 (MS-3(REAL)xURP de ICM), consolidada a evolução mês a mês, desde 80 do nosso salário nas técnicas (URP/ICM) e (URP MÓVEL/ICM). O gráfico mostra a evolução contínua das políticas sem considerar negociações nas datas base. É óbvia a semelhança de resultados das duas metodologias; é que estas fornecem resultados, ao longo do tempo, melhores que os salários efetivamente pagos. Todos os valores estão deflacionados pelo ICV/DIEESE.



A tabela 4 mostra a evolução entre Jan/88 e Dez/88 dos salários reais nas quatro técnicas: as três em estudo e a URP oficial e a política salarial vigente. A última linha da tabela registra o salário real médio correspondente a cada metodologia.

TABELA 4

	URP	ICM	URP/ICM	URP Móvel/ICM	POL. SAL. VIGENTE
JAN/88	100	100	100	100	100
FEV	93,4	100,2	95,1	97,1	85,6
MAR	89	82,2	86,8	87,9	70,2
ABR	86,3	82,3	81,1	82,2	84,3
MAI	85,6	85,9	77,5	79,7	72,0
JUN	83,2	85,9	71,8	79,7	59,4
JUL	80,0	83,1	71,2	79,1	78,4
AGO	78,1	76,5	70,3	75,9	64,6
SET	77,1	83,3	68,7	74,5	60,1
OUT	73,5	81,3	66,4	71,9	69,9
NOV	68,6	76,5	62,8	71,2	65,5
DEZ	66,5	76,6	59,5	69,2	58,0
SALÁRIO MÉDIO	81,8	84,5	75,9	80,7	72,3

Os dados que estamos apresentando fornecem subsídios iniciais para uma discussão política das alternativas em questão, nos preparando para enfrentar a formulação de propostas concretas por parte do governo.

OS PRÓXIMOS PASSOS

Uma vez tendo claro o conteúdo das diversas hipóteses e clareza que possuímos meios para analisar o significado das propostas do governo e sua relação com as nossas reivindicações, é importante manter presente a correlação de forças entre o movimento e o governo. Evidentemente permanece a disposição de Quêrcia de dedicar um mínimo de dinheiro público aos serviços públicos essenciais.

O índice de reajuste de Janeiro de 89, para repor o poder aquisitivo de Janeiro de 87, deverá ser da ordem de 100% sobre os salários de Dezembro de 88, determinado através do ICV-DIEESE. Para repor somente o trimestre (Out. Nov. e Dez.) seria necessário um reajuste aproximado de 58% sobre os salários de Dez/88.

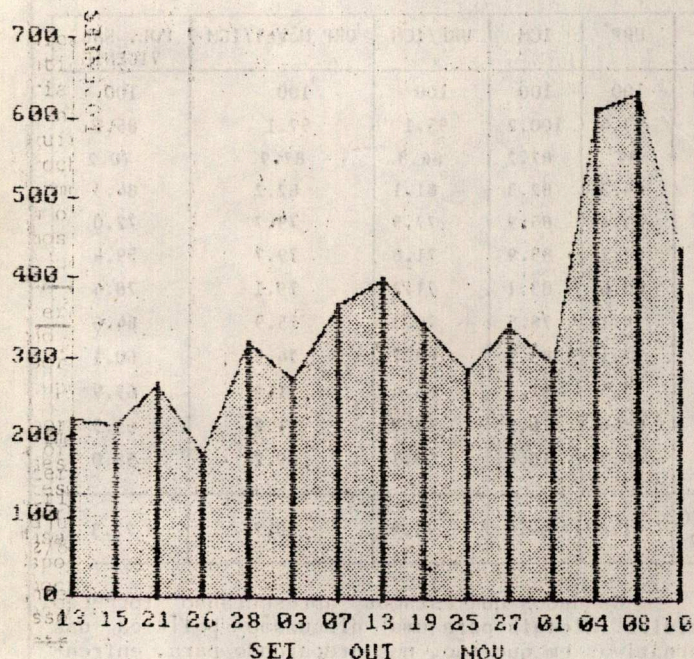
A tabela abaixo mostra os salários dos docentes das Universidades Federais comparados com os nossos salários com as alternativas de repor o trimestre (Jan/89=Out/88) e de repor Jan/87.

QUEREMOS URP E JAN/89 = JAN/87

Devemos ter claro que o patamar da nova política salarial será a remuneração de Jan/89. Neste sentido é importante que tenhamos uma recuperação salarial a níveis mais adequados: Jan/87. De outro lado, na fase de negociação da política salarial, que seguirá a atual, o governo poderá propor métodos mais arrochantes que os em estudo. Na medida em que avaliarmos como difícil a reversão desta situação agora, com o restante do funcionalismo desmobilizado, poderemos ter que aguardar o início do ano para arrancar uma política mais adequada. Ficou claro que na reunião da Comissão específica das Universidades que o governo pretende ter uma só política salarial para todo o funcionalismo em 89. Isto reforça ainda mais a importância de garantirmos um reajuste em Jan/89 que recupere Jan/87.

A continuidade da discussão no interior do movimento deverá possibilitar uma avaliação das hipóteses em estudo e de alternativas de ação política em defesa das nossas reivindicações. Nossa luta abalou o governo Quêrcia: fruto dela talvez tenhamos reajustes mensais em 89. Da mesma forma, nossa organização e disposição de luta, informadas pelo debate aberto e democrático, e que irá assegurar a defesa de salários, verbas e da Universidade Pública.

PRESENCAS NAS ASSEMBLEIAS DA ADUNICAMP



**ASSEMBLÉIA GERAL
ADUNICAMP
8/12 as 13:00
APEU - I**

SOBRE AS DENÚNCIAS CONTRA A DIREÇÃO DO CEMEQ

Em relação as denúncias de irregularidades no uso de equipamentos, materiais e pessoal do centro de manutenção de Equipamentos - CEMEQ - por parte da sua direção; veiculadas na imprensa local, a diretoria da ADUNICAMP tem a observar o seguinte:

1. A prestação de serviços à comunidade, principalmente quando envolve contrapartida financeira, deve se pautar pela máxima transparência e conformidade com as normas legais, evitando-se a utilização privada dos bens públicos;
2. Se por um lado se deve evitar o pré-julgamento dos denunciados, não pode haver pressões sobre os denunciantes como por exemplo o impedimento da sua permanência no local de trabalho como vem ocorrendo.

A diretoria espera que a Comissão nomeada pela reitoria apure os fatos rapidamente e recomenda as medidas legais pertinentes se entendê-las necessárias.



JANEIRO DE 89?

No momento o governo do Estado está inteiramente dedicado à solução da questão da dívida externa de S. Paulo. Este assunto deverá ter uma solução no decorrer da semana, no mais tardar até o dia 15/12, data de encerramento do Congresso Nacional. Antes de um encaminhamento desta questão será difícil obter respostas às nossas reivindicações. Devemos, no entanto, nos manter atentos e mobilizados. A participação ativa nas discussões de propostas e do indicativo de greve, assim como na paralisação de advertência são fundamentais para manter a pressão política sobre o governo.

	FEDERAIS		ESTADUAIS PAULISTAS		
	Dezembro	Janeiro	Dezembro	Jan/89 = Jan/87	Jan/89 = Out/88
Aux 4	609.215	767.915	383.951	770.986	606.652
Ass 4	866.883	1.092.707	499.266	1.002.527	788.840
Adj 2	1.077.951	1.358.757	649.046	1.303.285	1.025.493
Adj 3	1.121.068	1.413.106	745.895	1.497.757	1.178.514
Adj 4	1.165.911	1.469.631	820.394	1.647.352	1.296.223
Tit	1.457.389	1.837.038	1.025.508	2.059.220	1.620.303

Todos os trabalhadores repõem as perdas salariais ocorridas durante o ano na sua data base. Janeiro é a nossa data base; portanto, devemos lutar para recuperar o nosso melhor salário dentro do Governo Quêrcia. Com a implantação da nova política salarial a partir de Jan/89, as perdas salariais ocorridas no período de Jan/87 a Jan/89, passarão a ser perdas históricas que dificilmente poderão ser recuperadas...